

Oriente o seu dinheiro



Diogo Lopes Pereira



Os melhores depósitos a prazo

Pode parecer uma memória longínqua, mas há apenas um ano, no auge da crise financeira, alguns bancos estavam a oferecer taxas superiores a 6% nos depósitos a prazo. Hoje em dia, com a crise de liquidez ultrapassada, oferecem muito menos

Pode parecer uma memória distante, mas há apenas um ano vivia-se o auge da crise financeira, com os bancos a tentarem sobreviver a uma crise de liquidez como não se via desde 1930.

O mercado interbancário tinha desaparecido, pois os bancos não confiavam uns nos outros e, por isso, a Euribor atingia o seu máximo em Outubro e chegou a estar cerca de um ponto percentual acima da taxa do Banco Central Europeu, algo que nunca se tinha visto anteriormente e que dificilmente voltará a ver-se no futuro

Num contexto em que o banco Lehman Brothers tinha desaparecido com problemas de liquidez, praticamente de um dia para o outro, e os bancos nacionais estavam extremamente dependentes do financiamento externo, vários bancos nacionais chegaram a oferecer taxas superiores a 6%.

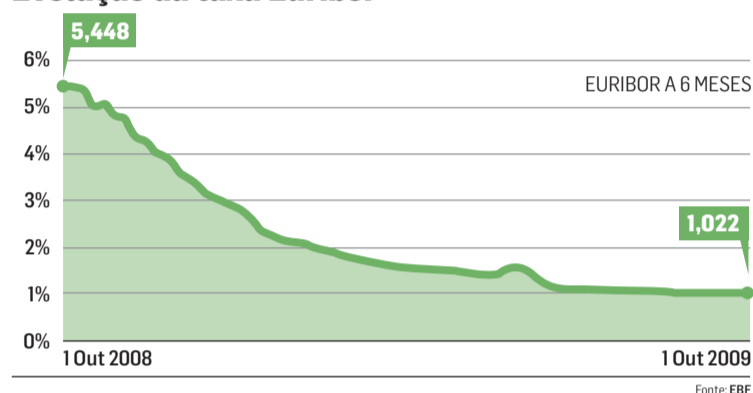
Mas agora os tempos são outros. Com a descida das taxas de juro de referência do BCE de 4,25% para 1% e a redução do prémio de risco na Euribor, esta passou de um valor máximo de 5,45% para cerca de 1%.

Perspectivas de evolução

Assim, com o fim da crise de liquidez e com a promessa dos bancos centrais de que só irão retirar os estímulos monetários quando existirem evidências de que a retoma económica é sólida, é provável que as taxas de juro se mantenham relativamente estáveis para os próximos meses.

Com a intenção de apresentar as suas contas com a melhor ima-

Evolução da taxa Euribor



gem possível, é expectável que os bancos se esforcem por captar depósitos até ao fim do ano, devendo para isso estar dispostos a oferecer um prémio significativo.

Qual o prazo ideal?

O prazo ideal depende do seu horizonte de investimento e da sua capacidade negocial. Como é lógico, os bancos irão privilegiar os depósitos a 3 meses, de modo a atingirem o objectivo de passar o ano e a minimizar o prémio total a pagar aos clientes.

Para o cliente, o prazo ideal é 1 ano, por três motivos: obtém um prémio razoável acima das taxas de mercado a 1 ano; garante que esse prémio irá ser pago durante 12 meses e não apenas três; e faz coincidir o vencimento com o final do próximo ano, que é claramente a melhor altura para fazer depósitos.

Adicionalmente, a partir de Janeiro, tendo em conta que a crise de liquidez já passou e que o BCE

não deverá subir as taxas de juro cedo, é provável que as taxas dos depósitos a prazo caiam substancialmente.

Os melhores depósitos

No quadro abaixo, pode consultar as melhores ofertas de depósitos a prazo em função do prazo e do montante. Normalmente, estas taxas apenas estão disponíveis para novos clientes, novos recursos ou para o canal *online*.

No entanto, nesta altura do ano, para montantes elevados é possível que recorrendo à negociação directa com os bancos se consigam taxas ainda melhores, devendo as aqui apresentadas servir apenas como referência.

É importante referir que o máximo coberto pelo fundo de garantia de depósitos é de 100 mil euros. ■

NOTA: Não dispensa a consulta das condições completas dos produtos junto das respectivas instituições financeiras

consultório



Em parceria com a Sefin, o DN procura dar voz a quem tem razões de queixa

Conta-estudante no Santander Totta

Paulo Ventura, estudante de Medicina em Coimbra, abriu em Setembro de 2007 uma conta-estudante no Banco Santander Totta, com o montante de 25 euros, que servia de base para o depósito das bolsas de estudante que auferia. Em 30 de Março de 2008, o cartão de débito associado à sua conta foi retido, por deficiência da máquina ATM onde pretendia levantar dinheiro. No dia seguinte, o levantamento de dinheiro (20 euros) ao balcão do Santander em Celas/Coimbra foi penalizado com uma comissão de 3,82 euros e o novo cartão custou 20,70 euros. Face a estes custos, o cliente ficou com a conta a descoberto, o que originou juros de 2,50 euros, a uma taxa de juro de 24,7%. A situação acabou por ser regularizada com o depósito da bolsa de estudo de 95 euros. Em Junho de 2008, o Santander ofereceu-lhe um cartão de crédito, com um *plafond* de 500 euros, sem explicar convenientemente as condições de utilização. O uso do cartão durante o período de férias, em que a bolsa de estudos não era recebida, originou uma situação de descoberto, que se prolongou até Setembro de 2009, quando a situação foi remetida para contencioso pelo valor de 298,83 euros. Neste valor incluem-se cerca de 27 euros de juros e dois de comissões, acrescentados ao capital em dívida, sobre cujo montante foram calculados novos juros. O processo tem vindo a acumular mais juros e despesas.



Posição da Sefin

Este caso é exemplar, a vários níveis, do que a Sefin tem vindo a denunciar e não deveria ser permitido pelas autoridades reguladoras. O banco praticou a figura do anatocismo, antes mesmo de o caso ter sido remetido para contencioso, e também depois, ilegal e deveria ser sancionado pelas autoridades reguladoras. Este procedimento, a par da prática de comissões excessivas e da cobrança de despesas não classificadas – sucessivamente adicionadas ao capital em dívida, sobre as quais se calculavam, portanto, novos juros –, configura uma má prática de duvidosa legalidade e seguramente pouco respeitadora do cliente e pouco adequada à figura da conta depósito de estudante. É condenável que o Banco Santander “ofereça” um cartão de crédito ao cliente (com um *plafond* cinco vezes o valor dos seus recursos regulares mensais), que não lhe foi solicitado, e sem explicar as condições. E a prática de

uma taxa de juro de cerca de 25%, numa conta-estudante, é perfeitamente excessiva.

Posição do banco

Contactado pelo DN, o Banco Santander Totta enviou a seguinte resposta: “Não sendo possível comentar o caso em concreto, informamos que nos casos de retenção de cartões em ATM é prática desta instituição, por razões de celeridade, emitir um novo cartão para rápida entrega ao cliente, sendo apenas cobrada uma comissão de substituição de cartão. A proposta de adesão a cartões de crédito dirigida a clientes carece sempre da aceitação e subscrição das respectivas condições de utilização pelos mesmos. Em qualquer circunstância, pautamos a nossa actuação pelo acompanhamento dos nossos clientes, pelo que situações como a descrita são estranhas e, eventualmente, poderão não apresentar todos os elementos necessários a uma justa avaliação.” ■

TANB – Taxa Anual Nominal Bruta

	3 MESES	6 MESES	12 MESES
ATÉ 10.000€	BEST Novos Clientes* (4,00%) Banco Popular DP Ouro** (3,69%) Barclays Depósito Oportunidade* (3,50%)	CaixaGalicia DP ON** (2,50%) Banco Popular DP Ouro** (2,20%) Banif Super DP Banif@st (2,15%)	Banco Popular DP Ouro** (2,70%) Banif Super DP Banif@st (2,30%) Millennium Taxa Crescente 3 anos*** (2,125%)
ATÉ 50.000€	Barclays Depósito Oportunidade* (3,50%) Barclays Depósito Net (2,25%) BIG DP Top (2,00%)	CaixaGalicia DP ON** (2,50%) Banco Popular DP Ouro** (2,20%) Banif Super DP Banif@st (2,15%)	Banco Popular DP Ouro** (2,70%) Banif Super DP Banif@st (2,30%) Millennium Taxa Crescente 3 anos*** (2,125%)
ATÉ 100.000€	Barclays Depósito Oportunidade* (3,50%) Barclays Depósito Net (2,35%) BIG DP Top II (2,10%)	CaixaGalicia DP ON** (2,50%) Banco Popular DP Ouro** (2,20%) BIG DP Top II (2,20%)	Banco Popular DP Ouro** (2,70%) Banif Super DP Banif@st (2,30%) Millennium Taxa Crescente 3 anos*** (2,125%)

Fonte: sites dos bancos em 21/10/2009

* Exclusivo para novos clientes ** Exclusivo para novos recursos *** O prazo mínimo destes depósitos é superior ao prazo desejado, mas de acordo com as condições dos produtos é possível desmobilizar os depósitos antes do prazo com penalização de 100% sobre os juros no período em causa. Assim, poderá desmobilizar-se o capital após o pagamento de juros do período desejado, perdendo-se apenas os juros do novo período.

www.moneygps.pt 210991526

A MoneyGPS – Assesores Financeiros Independentes pode ser contactada através do email geral@moneygps.pt ou através do telefone 210991526.

Envie-nos o seu caso, para a Associação Portuguesa de Defesa dos Consumidores de Produtos e Serviços Financeiros (Sefin) – sefin.mail@gmail.com – ou contacte o 213860981. Pode ainda contactar o DN, através do endereço electrónico economia@dn.pt.